



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA**

**Processo nº** : 10120.003111/00-48  
**Recurso nº** : 129.514  
**Sessão de** : 17 de outubro de 2007  
**Recorrente** : CLENON DE BARROS LOYOLA FILHO  
**Recorrida** : DRJ-BRASÍLIA/DF

**R E S O L U Ç Ã O N° 302-1.416**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência à Repartição de Origem, nos termos do voto da relatora.

JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO  
Presidente

MERCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM  
Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Elizabeth Emílio de Moraes Chieregatto, Paulo Affonseca de Barros Faria Júnior, Corintho Oliveira Machado, Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro, Luciano Lopes de Almeida Moraes e Luis Antonio Flora. Esteve presente a Procuradora da Fazenda Nacional Maria Cecília Barbosa.

Processo nº : 10120.003111/00-48  
Resolução nº : 302-1.416

## RELATÓRIO

A empresa acima identificada recorre a este Conselho de Contribuintes, de decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília/DF.

Por bem descrever os fatos, adoto integralmente o relatório componente da decisão recorrida, à fl. 34, que transcrevo, a seguir:

*"Versa o presente processo sobre a notificação de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, exercício financeiro de 1996, às fls. 06, mediante a qual é exigido do contribuinte supra identificado crédito tributário no total de R\$ 14.610,99, sendo R\$ 14.067,14 de imposto, R\$ 66,36 de contribuição para a Contag, R\$ 405,70 para a CNA e R\$ 71,79 para o Senar.*

*Inconformado com os valores exigidos, o contribuinte interpôs a impugnação às fls. 01/05, alegando, em síntese, erro no preenchimento da DITR/1994 que serviu de base para o lançamento do ITR/1996, na qual deixou de informar que mais de 80,0 % do imóvel rural é composta de área de preservação ambiental permanente e inaproveitável como se vê do item 7 do laudo técnico ora anexado.*

*Para instruir o processo, juntou aos autos os documentos de fls. 07/11, 12, 15/16 e 17 a 21.*

É o relatório."

O pleito foi julgado procedente, no julgamento de primeira instância, nos termos do Acórdão DRJ/BSA nº 2.908, de 20/09/2002, proferida pelos membros da 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília/DF, cuja ementa dispõe, *verbis*:

*"Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR  
Exercício: 1996  
Ementa: RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO  
Admite-se a retificação da declaração do ITR, se comprovado de erro de fato no seu preenchimento, mediante documentos hábeis, caso contrário, mantém-se os valores declarados e o respectivo lançamento.  
Lançamento Procedente."*

*MITÉ*

Processo nº : 10120.003111/00-48  
Resolução nº : 302-1.416

Inconformado o interessado apresenta recurso voluntário, tempestivamente, em 26/11/02, às fls. 41/49 e documentos às fls. 50/56, repisando os mesmos argumentos anteriores.

Requer, enfim, que seja deferido seu pleito para retificar a declaração de ITR para inclusão da área de preservação permanente.

O processo foi distribuído a esta Conselheira, numerado até a fl. 73.

Através da Resolução nº 302-1.256, às fls. 74/78, foi convertido o julgamento em diligência à repartição de origem, para que a mesma juntasse aos autos os laudos referidos pela DRJ, bem como fosse solicitada declaração do IBAMA ou outro órgão de preservação ambiental se a área referida pelo contribuinte é efetivamente de preservação permanente, de interesse ecológico, qual é exatamente a área e suas delimitações.

Consta, nos autos, o Termo de Encerramento de Diligência Fiscal, às fls. 143/145.

É o relatório.

MH

VOTO

Conselheira Mércia Helena Trajano D'Amorim, Relatora

Quando do envio da primeira diligência, ratifico a análise anterior, ou seja, observei que existem divergências no tocante à área de preservação permanente, conforme voto de decisão de primeira instância que transcrevo, o trecho pertinente, a seguir:

*"No processo n.º 10120.002596/00-96, protocolado em 31/05/2000, no qual o contribuinte impugnou o lançamento do ITR/1995, para o mesmo imóvel rural, objeto deste processo, apresentou dois laudos técnicos, com valores conflitantes para as áreas cujas retificações foram pleiteadas.*

*Segundo o Laudo Técnico de Utilização e Avaliação de Imóvel Rural (fls. 10/13 do outro processo), elaborado pelo Engenheiro Agrônomo Rubens Laboissiere Loyola, CREA n.º 2.097/D, a área total do imóvel rural estava assim distribuída: pastagem artificial: 290,0 ha; reserva legal: 399,7 ha; inaproveitáveis: 221,0 ha; preservação permanente: 300,0 ha; e a diferença de 787,8 ha não foi identificada.*

*Já de acordo com o Laudo Técnico de Utilização e Avaliação de Imóvel Rural (fls. 25/28 do outro processo), elaborado pelo Engenheiro Agrônomo Antônio de Paula Seronni, a distribuição era: pastagem artificial: 190,2 ha; reserva legal: 0,0 ha; inaproveitáveis: 409,7 ha; preservação permanente: 1.248,4 ha; culturas temporária (arroz): 100,0 ha; ocupadas com benfeitorias: 26,0 ha; e pastagem temporária: 24,2 ha.*

*Um terceiro documento, uma correspondência (fls. 08/09 do outro processo), endereçada ao Delegado da Receita Federal pelo próprio contribuinte, informou a seguinte distribuição da área total do imóvel rural: pastagens artificiais: 200,0 ha; reserva legal: 399,7 ha; inaproveitáveis: 0,0 ha; preservação permanente: 300,0 ha; culturas temporárias: 50,0 ha; ocupadas com benfeitorias: 26,0 ha; pastagem temporária: 195,5 ha; e pastagem nativa: 827,8 ha. Conforme se verifica da comparação dos valores constantes de cada dos documentos acima, em cada um deles foram apresentados valores diferentes para as mesmas áreas.*

*Dessa forma, considerando que ambos os laudos foram elaborados por profissionais competentes para elaboração de laudos técnicos*

Processo nº : 10120.003111/00-48  
Resolução nº : 302-1.416

*agronômicos de exploração e utilização de imóveis rurais, Engenheiros Agrônomo, e outro documento contendo os valores de distribuição da área do imóvel rural foi elaborado pelo próprio contribuinte, a retificação pretendida ficou prejudicada, pois não há norma legal concedendo à autoridade administrativa o poder discricionário para utilizar um documento em detrimento do outro."*

Diante do exposto, VOTO PELA CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA À REPARTIÇÃO DE ORIGEM, para que seja cumprido o que foi solicitado, ou melhor, para que sejam juntados, aos autos, os laudos referidos pela DRJ, conforme transcrito acima, e requerida declaração pelo IBAMA ou outro órgão de preservação ambiental se a área referida pelo contribuinte é efetivamente de preservação permanente, de interesse ecológico, ou qual é exatamente essa área e suas delimitações e sendo, desde quando.

Após a diligência solicitada e conclusão da mesma, abrir-se-á vista dos autos à interessada para manifestação sobre o resultado, se for de seu interesse.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 2007

  
MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM - Relatora